

Concessionária  
Rota do Oeste S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do  
Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015	11

# Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Paulista, 37 – 1º andar  
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos:  
Administradores e Acionistas da  
Concessionária Rota do Oeste S.A.  
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A.(Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Ênfase

##### Início das operações

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015 e, portanto, passou a auferir receitas de pedágio a partir desta data. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não está modificada com referência a este assunto.

##### Endividamento de curto prazo

Adicionalmente, sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de a Companhia ter incorrido no prejuízo líquido de R\$ 16.029 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de R\$ 894.202 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 28 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituições financeiras para a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia e dos seus negócios. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto.

##### Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esses temas.

##### Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Em 11 de março de 2016, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015, especificamente certas divulgações à referidas notas explicativas foram complementadas pela Administração, em atendimento a determinação do Ofício nº 121/2016 – CVM/SEP/GEA-2, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários – “CVM”, datado de 18 de abril de 2016, como parte de certas informações relevantes à obtenção do “Registro Inicial de Companhia Aberta –

Categoria B. Como consequência a Companhia está rerepresentando as demonstrações contábeis inicialmente emitidas em 11 de março de 2016, Em função da relevância do assunto mencionado anteriormente, estamos cancelando o relatório emitido em 11 de março de 2016 e reemitindo nessa data a nossa opinião sem modificação sobre as referidas demonstrações contábeis para o exercício findo naquela data, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A presente opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

#### Outros Assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2016.



Nelson Fernandes Barreto Filho  
Contador CRC 1SP-151.079/O-0



Edinilson Attizani  
Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.288	250
Aplicações financeiras	8	5.017	159.885
Contas a receber	9	17.924	-
Tributos a recuperar	-	1.250	3.365
Despesas antecipadas	10	5.533	7.525
Partes relacionadas	11	89	-
Outros ativos	-	2.324	434
		<u>37.425</u>	<u>171.459</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	20.350	12.177
Despesas antecipadas	10	3.417	4.766
Depósitos judiciais	-	1.127	-
Partes relacionadas	11	-	106
		<u>24.894</u>	<u>17.049</u>
Imobilizado	13	4.295	3.594
Intangível	14	1.371.737	568.436
		<u>1.376.032</u>	<u>572.030</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>1.438.351</u></u>	<u><u>760.538</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	634.959	77.532
Fornecedores	-	81.130	11.429
Partes relacionadas	11	198.374	-
Obrigações sociais e trabalhistas	16	9.225	4.471
Tributos a pagar	-	5.042	3.432
Contas a pagar	17	2.758	6.613
Provisão para contingências	18	139	-
		<u>931.627</u>	<u>103.477</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	303.419	439.903
Fornecedores	-	1.987	795
Provisão para conserva especial	-	426	-
		<u>305.832</u>	<u>440.698</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19	240.558	240.000
Prejuízos acumulados	-	(39.666)	(23.637)
		<u>200.892</u>	<u>216.363</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>1.438.351</u></u>	<u><u>760.538</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária Rota do Oeste S.A.

### Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2015	2014
<b>Operações continuadas</b>			
Receita líquida	20	958.064	462.823
Custo dos serviços	21	(883.709)	(462.823)
<b>Lucro bruto</b>		74.355	-
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	22	(62.221)	(41.266)
Outras (despesas) receitas, líquidas	-	(64)	-
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido</b>		12.070	(41.266)
Receitas financeiras	23	6.052	11.727
Despesas financeiras	23	(42.324)	(6.275)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		(36.272)	5.452
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		(24.202)	(35.814)
Imposto de renda e contribuição social	24	8.173	12.177
<b>Prejuízo do exercício</b>		(16.029)	(23.637)
<b>Prejuízo básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$</b>	25	(66,72)	(103,91)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo do exercício, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>		1	-	1
Aumento de capital	19	239.999	-	239.999
Prejuízo do exercício		-	(23.637)	(23.637)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>		240.000	(23.637)	216.363
Aumento de capital	19 (a)	558	-	558
Prejuízo do exercício		-	(16.029)	(16.029)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		<u>240.558</u>	<u>(39.666)</u>	<u>200.892</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária Rota do Oeste S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	(24.202)	(35.814)
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	10.561	2.411
Perda na baixa do imobilizado e intangível	221	-
Provisão para conserva especial	426	-
Provisão para contingências	139	-
Juros e variações monetárias, líquidas	21.925	2.757
	9.070	(30.646)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Tributos a recuperar	2.115	(3.365)
Contas a receber	(17.924)	-
Despesas pagas antecipadamente	(11.709)	(12.291)
Partes relacionadas	33	(106)
Depósito judicial	(1.127)	-
Outros ativos	(1.890)	13.833
Obrigações sociais e trabalhistas	4.754	4.471
Fornecedores	2.251	12.224
Tributos a pagar	1.610	4.226
Contas a pagar	(3.855)	6.612
Caixa aplicado nas operações	(16.672)	(5.042)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(793)
Juros pagos no financiamento	(5.069)	-
<b>Caixa líquido aplicado das atividades operacionais</b>	(21.741)	(5.835)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações financeiras	160.522	(159.885)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(1.795)	(4.318)
Adições ao intangível	(639.974)	(570.123)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(481.247)	(734.326)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
<b>Partes relacionadas</b>		
Recursos recebidos	293.720	-
Recursos liberados	(157.231)	-
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Captação de empréstimos	446.537	514.678
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(75.000)	-
Custo de captação	-	-
Aumento de capital	-	225.732
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	508.026	740.410
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	5.038	249
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	250	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.288	250
<b>Variação de caixa do exercício</b>	5.038	249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Concessionária Rota do Oeste S.A.

## Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receitas</b>	968.876	462.823
Receita de serviços	130.038	-
Receita de construção ICPC 01-R1	<u>838.838</u>	<u>462.823</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Materiais, energia e outros	(57.537)	(18.784)
Custo de construção ICPC 01-R1	(838.838)	(462.823)
Serviços de terceiros e outros operacionais	<u>(5.395)</u>	<u>(7.891)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	67.106	(26.675)
Depreciação e amortização	<u>(10.561)</u>	<u>(2.413)</u>
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<u>56.545</u>	<u>(29.088)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	6.052	11.726
Outros	<u>372</u>	<u>14</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>62.969</u>	<u>(17.348)</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	<u>27.450</u>	<u>9.390</u>
Remuneração direta	21.423	7.143
Benefícios	4.713	1.867
FGTS	1.314	380
Impostos, taxas e contribuições	<u>8.763</u>	<u>(10.612)</u>
Federais	2.984	(10.612)
Estaduais	142	-
Municipais	5.637	-
Remuneração de capitais de terceiros	<u>42.785</u>	<u>7.511</u>
Juros	40.375	6.195
Aluguéis	2.239	1.273
Outros	171	43
Remuneração de capitais próprios	<u>(16.029)</u>	<u>(23.637)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(16.029)</u>	<u>(23.637)</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>62.969</u>	<u>(17.348)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o objetivo de explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”), que tem como objeto social:

- (i) recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com as instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão (“Sistema Rodoviário”); e
- (ii) exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrente da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados.

<b>Objeto do contrato</b>	<b>Prazo</b>	<b>Poder concedente</b>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, dentre outros. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio. A tarifa de pedágio é reajustada anualmente de acordo com a data de contrato de concessão firmada em 12 de março de 2014 com publicação no Diário Oficial da União em 21 de março, através do índice de reajuste IPCA.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

#### Operação Lava Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht. Embora a Companhia não tenha sido objeto de busca e apreensão, e não haja como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, a administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 02 de maio de 2016.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota 3.

### 2.2. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015

Atendendo a determinação do Ofício nº 121/2016 – CVM/SEP/GEA-2, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários – “CVM”, datado de 18 de abril de 2016, a Companhia aprimorou certas informações relevantes à obtenção do “Registro Inicial de Companhia Aberta – Categoria B, complementadas nas notas explicativas 1, 2.3(g), 2.3(n), 2.3(o), 2.3(r), 6, 11, 13, 14, 20 e 28. Como consequência, a Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis inicialmente emitidas em 11 de março de 2016.

### 2.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

#### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

#### c) Ativos financeiros

##### **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2015, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

##### **Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2015, compreende a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber" (Nota 9) e "Outros ativos".

### **Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge***

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

#### **d) Contas a receber**

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

#### **e) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

#### **f) Demais ativos**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

#### **g) Contrato de Concessão**

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, é registrada como ativo intangível na medida em que o concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de infraestrutura e de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a próxima a zero.

No contrato de concessão no qual a Companhia é parte, o poder concedente não prevê um pagamento monetário pelos serviços de construção e melhorias executados pela concessionária, mas em troca ele concede à entidade um ativo intangível, que é o direito de cobrar os usuários pelos serviços públicos oferecidos.

A administração avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos de prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método da curva de tráfego.

#### **h) Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

#### **i) Intangível**

##### **(i) Infraestrutura**

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**(ii) Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 14.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**j) Provisão para conserva especial**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, totalizando em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 426.

**k) Fornecedores**

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**l) Empréstimos e financiamentos**

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

**m) Demais passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

**n) Reconhecimento de receita**

**(i) Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**(ii) Receita de construção ICPC 01-R1**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

Em conformidade com a ICPC 01-R1, quando a concessionária presta serviços de construção e melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incertezas significativas na sua realização.

Contabilização de contratos de concessão, de acordo com a ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Natureza do contrato	Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Concessão - ativo intangível	838.838	462.823	(838.838)	(462.823)	-	-

## (ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

## o) Benefícios a empregados

### Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (“ODEPREV”), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (“ODB”), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

## p) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

## q) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**r) Capitalização dos custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

**s) Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

#### 2.4. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

#### 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros**

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

**c) Reconhecimento de receita de construção**

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

**d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

### 3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

## 4. Gestão de risco financeiro

### a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

### c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		
Fornecedores	81.130	1.987
Partes relacionadas	198.374	-
Empréstimos e financiamentos	634.959	303.419
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	77.532	439.903

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração;

#### d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

##### **Análise de sensibilidade**

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas abaixo:

##### **(i) Seleção dos riscos**

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

##### **(ii) Seleção dos cenários**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo\*:

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	6,3%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%

(\*) Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 31/12/2015.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso Possível	Adverso Extremo
TJLP (*)	6,8%	8,5%	10,2%

(\*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.

### (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	fev/16	Alta TJLP	54.888	54.895	54.902
Empréstimo Ponte CEF	mar/17	Alta TJLP	34.721	34.996	35.271

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

#### 4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	938.378	517.435
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(5.288)	(250)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(5.017)	(159.885)
<b>Dívida líquida</b>	<b>928.073</b>	<b>357.300</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>200.892</b>	<b>216.363</b>
<b>Total do capital</b>	<b>1.128.965</b>	<b>573.663</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>82</b>	<b>62</b>

#### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.288	250
Aplicações financeiras	5.017	159.885	-	-
Contas a receber	-	-	17.924	-
Outros ativos	-	-	2.324	3.799
	<b>5.017</b>	<b>159.885</b>	<b>25.536</b>	<b>4.049</b>

	Outros passivos financeiros	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	938.378	517.435
Fornecedores	83.117	12.224
Partes relacionadas	198.374	-
Contas a pagar	2.758	6.613
	<b>1.222.627</b>	<b>536.272</b>

## 6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Contas a receber</b>		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios (*)	17.924	-
<b>Total de contas a receber</b>	<b>17.924</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</b>		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	5.017	159.885
	<b>5.017</b>	<b>159.885</b>
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	18	10
Bancos conta movimento	3.949	240
Numerários em trânsito	784	-
Fundo de troco	537	-
	<b>5.288</b>	<b>250</b>
	<b>10.305</b>	<b>160.135</b>

(\*) o valor de Pedágios no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 havia sido divulgado o montante de R\$ 17.654, sendo que o valor correto é R\$ 17.924 conforme demonstrado no quadro acima.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	18	10
Bancos conta movimento	3.949	240
Numerários em trânsito	784	-
Fundo de troco	537	-
	<b>5.288</b>	<b>250</b>

## 8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 5.017 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 159.885), A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

## 9. Contas a receber

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
AVI	17.585	-
Receitas acessórias	269	-
Outras contas a receber	70	-
	<b>17.924</b>	<b>-</b>

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2015, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

## 10. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	6.475	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	2.475	5.137
	<b>8.950</b>	<b>12.291</b>
Ativo circulante	5.533	7.525
Ativo não circulante	3.417	4.766

## 11. Partes relacionadas

Parte dos serviços contratados e materiais fornecidos para a execução das obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT foram realizados por fornecedores e prestadores de serviços que possuem relacionamento com a Companhia.

Essas contratações obedeceram aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

### a) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como as transações que influenciaram o resultado e investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado de serviços prestados	
			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Odebrecht Ambiental S.A. (i)	-	16	212	131
Construtora Norberto Odebrecht ("CNO") (ii)	-	115	847	305
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional ("OECI") (iii)	89	43.001	479.726	357.969
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	146.208	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (v)	-	1.362	1.449	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (vi)	-	7.672	26.620	-
Odeprev (vii)	-	-	102	189
Fundação Odebrecht (viii)	-	-	7	11
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>89</b>	<b>198.374</b>	<b>508.963</b>	<b>358.805</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2014 (*)</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(\*) Refere-se basicamente a repasse de despesas administrativas, o montante de R\$ 106 registrado na rubrica "Outros créditos e valores".

(i) O montante de R\$ 16, refere-se a prestação de serviços em *software* de gestão financeira (MwD), pela Odebrecht Ambiental.

(ii) O montante de R\$ 115 refere-se a rateio de despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação), pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.

(iii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC ( Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual Odebrecht Engenharia e Construções Internacional S.A ("OECI"), para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia.

O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, INCC, IPCA, Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$116.925.811,15 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

(iv) O montante de R\$ 141.402 refere-se a mútuo com a ODBVias e o montante de R\$ 4.806 refere-se a juros sobre mútuo, tendo remuneração de 125% do CDI.

Os recursos captados através desta operação de mútuo deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos.

(v) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Não há garantias previstas neste contrato.

(vi) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, está registrado na rubrica “Partes relacionadas” o montante de R\$ 7.672. Não há garantias previstas neste contrato.

(vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia (Nota 2.2 (n)).

(viii) Fundação Odebrecht refere-se ao fornecimento de livros da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”).

### a) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos diretores, estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, totalizaram os montantes de R\$ 3.230 e R\$ 1.652, respectivamente.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários	2.676	1.298
Encargos	535	260
Previdência complementar	14	18
Outros	5	76
	<b>3.230</b>	<b>1.652</b>

### b) Participação no lucros e resultados

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 4.890 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.481) (Nota 16).

## 12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

### Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido</b>		
Prejuízo fiscal	14.648	2.577
Resultado pré-operacional	28.345	14.035
Juros capitalizados e custo de transação	(22.643)	(4.435)
	<b>20.350</b>	<b>12.177</b>

Conforme projeções de resultados preparadas pela administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2015, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>2016</b>	7.918	4.497
<b>2017</b>	3.961	1.920
<b>2018</b>	-	1.920
<b>2019</b>	-	1.920
<b>2020 em diante</b>	8.471	1.920
	<b>20.350</b>	<b>12.177</b>

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## 13. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo	145	579	530	1.468	1.598	4.320
Depreciação/exaustão	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>139</b>	<b>535</b>	<b>498</b>	<b>1.263</b>	<b>1.159</b>	<b>3.594</b>
Aquisições	738	636	43	322	56	1.795
Depreciação	(63)	(180)	(66)	(328)	(434)	(1.071)
Baixa líquida	(1)	-	-	(22)	-	(23)
<b>Saldo contábil</b>	<b>813</b>	<b>991</b>	<b>475</b>	<b>1.235</b>	<b>781</b>	<b>4.295</b>
Custo	882	1.215	573	1.819	1.654	6.143
Depreciação/exaustão acumulada	(69)	(224)	(98)	(584)	(873)	(1.848)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>813</b>	<b>991</b>	<b>475</b>	<b>1.235</b>	<b>781</b>	<b>4.295</b>
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(\*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Nota 21 e 22.

## 14. Intangível

## Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	-	15.556	554.392	176	570.124
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>10.658</b>	<b>3.653</b>	<b>14.024</b>	<b>539.936</b>	<b>166</b>	<b>568.437</b>
Aquisições	-	795	-	812.045	148	812.988
Transferências	545.287	43.912	129.800	(718.999)	-	-
Amortização	(5.820)	(772)	(2.844)	-	(54)	(9.490)
Baixas líquidas de amortização	-	(181)	-	-	(17)	(198)
<b>Saldo contábil</b>	<b>550.125</b>	<b>47.407</b>	<b>140.980</b>	<b>632.982</b>	<b>243</b>	<b>1.371.737</b>
Custo	556.052	48.397	145.356	632.982	324	1.383.111
Amortização	(5.927)	(990)	(4.376)	-	(81)	(11.374)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>550.125</b>	<b>47.407</b>	<b>140.980</b>	<b>632.982</b>	<b>243</b>	<b>1.371.737</b>
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(\*) taxa utilizada para amortização de *Softwares* adquiridos de terceiros é de 20% a.a..

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na DRE, conforme Nota 21 e 22.

## (i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e periodicamente revisada.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referem-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação apresentada no quadro consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação apresentada no quadro consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos apresentada no quadro consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

## 15. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A.(a)	R\$	DI + 2,3%	-	77.708
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	640.806	444.650
Empréstimo Caixa Economica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	307.860	-
Custos de captação a amortizar	R\$		(10.288)	(4.923)
			<b>938.378</b>	<b>517.435</b>
<b>(-) Passivo circulante</b>				
Empréstimo e financiamentos Banco ABC S.A.(a)			-	77.532
Empréstimos BNDES			634.959	-
			<b>634.959</b>	<b>77.532</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos BNDES			-	439.903
Empréstimo Caixa Economica Federal			303.419	-
<b>Passivo não circulante</b>			<b>303.419</b>	<b>439.903</b>

**(a) Banco ABC S.A.**

Em 12 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação de Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000, que foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,3% a.a..

Em 20 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. com amortização total de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

**(b) BNDES**

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES será realizado em parcela única.

**(c) Caixa Econômica Federal**

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados ao investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou o desembolso total do financiamento.

Os vencimentos das liberações e juros do empréstimo ponte junto a CEF será realizado em parcela única em 20 de fevereiro de 2017.

**(d) Garantias**

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

**(i) Principais compromissos assumidos (“covenants”)**

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2015.

## 16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Encargos sociais	4.233	1.977
Benefícios a empregados	102	13
Participação nos lucros e resultados	4.890	2.481
	<b>9.225</b>	<b>4.471</b>

## 17. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	607	3.947
Verbas do contrato de concessão	2.146	2.666
Outras contas a pagar	5	-
	<b>2.758</b>	<b>6.613</b>

## 18. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reclamações cíveis	139	-
	<b>139</b>	<b>-</b>

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 660 em 31 de dezembro de 2015.

## 19. Patrimônio líquido

**a) Capital social**

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social mediante emissão de 558.000 novas ações ordinárias no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.558 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 240.000), representado por 240.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

## 20. Receita Líquida

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	838.838	462.823
Receitas em numerário	51.095	-
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	40.466	-
Receitas de vale pedágio (iii)	30.617	-
Outras receitas	7.860	-
<b>Receita de operação</b>	<b>130.038</b>	<b>-</b>
Receita total	968.876	462.823
Tributos sobre serviços de operação	(10.812)	-
	<b>958.064</b>	<b>462.823</b>

(i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, R\$ 838.838 e R\$ 462.823, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

A cobrança de pedágio, iniciada em 06 de setembro de 2015, é uma das fontes de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

## 21. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Amortização do intangível	(5.602)	-
Salários	(13.394)	-
Gastos gerais	(7.743)	-
Serviços de terceiros	(14.413)	-
Seguros	(1.416)	-
Materiais	(1.799)	-
Aluguéis	(504)	-
	<b>(44.871)</b>	<b>-</b>
Custo de construção ICPC 01-R1	(838.838)	(462.823)
	<b>(883.709)</b>	<b>(462.823)</b>

## 22. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	(18.945)	(10.900)
Serviços de terceiros	(20.320)	(10.764)
Depreciação e amortização	(4.959)	(2.413)
Despesas com veículos	(3.743)	(1.631)
Gastos gerais	(14.254)	(15.558)
	<b>(62.221)</b>	<b>(41.266)</b>

## 23. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(27.359)	(7.694)
Juros sobre atraso	(11.305)	-
Outras	(3.660)	1.419
	<b>(42.324)</b>	<b>(6.275)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	5.653	11.719
Outras	399	8
	<b>6.052</b>	<b>11.727</b>

## 24. Imposto de renda e contribuição social diferido

**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
(Prejuízo) antes dos impostos	(24.202)	(35.814)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	8.229	12.177
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(56)	24
Efeito IR e CSLL no resultado	8.173	12.201
IR e CSLL diferidos	8.173	12.177
<b>Total de IR e CSLL diferidos</b>	<b>8.173</b>	<b>12.177</b>

## 25. Prejuízo por ação

**Básico**

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Prejuízo do exercício	(16.029)	(23.637)
Quantidade média ponderada de ações	240.246	227.473
Prejuízo básico por lote de mil ações	(66,72)	(103,91)

## 26. Seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	(*)

(\*) 100% a 110% da tabela FIPE.

## 27. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício de 2015:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fornecedores	(120.792)	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(120.792)</b>	<b>-</b>
Aquisição de ativo intangível	120.792	-
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>120.792</b>	<b>-</b>

- b) A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

## 28. Eventos subsequentes

### a) Pedido de registro junto à CVM

- Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro de companhia aberta à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para a categoria “B”, no qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante.

O pedido de registro de companhia aberta da Companhia é motivado em razão da intenção da Companhia de ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários e o mercado em geral, e acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

### b) BNDES

- Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 até 15 de abril de 2016.
- Em 12 de abril de 2016, a Companhia prorrogou o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 até 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 até 8 de maio de 2016.

### c) Partes relacionadas

- Em 23 de fevereiro de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 19.101, remunerado à taxa de 125% do CDI, com vencimento inicial previsto para 31 de março de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.
- Em 14 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 15.086, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 29 de abril de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.
- Em 28 de março de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP, no valor de R\$ 20.105, remunerado à taxa de 125% do CDI, enquanto não ocorre a liberação dos recursos junto ao BNDES, com vencimento inicial previsto para 02 de maio de 2016 e prorrogado de tempos em tempos mediante concordância entre as partes e assinatura de aditivo.

Com relação ao vencimento dos contratos de mútuos, estes são aditados de tempos em tempos, pois perante cláusula de subordinação prevista nestes contratos, os mesmos só poderão ser amortizados após a liquidação do empréstimo ponte firmado com o BNDES.